Deputados aprovam R$ 3,18 milhões para cultura, esporte e assistência social em Rondônia

A Assembleia Legislativa de Rondônia (Alero) aprovou dois projetos de lei de autoria do Poder Executivo que autorizam a abertura de créditos adicionais suplementares, totalizando R$ 3,18 milhões.

Página 02



Brasil tem 31 organizações criminosas relevantes, aponta Abin

Página 07

A Gazeta de Rondônia

32 Anos

agazetaderondonia.com.br

Aponte a câmera do seu celular e acesse todo conteúdo na edição online

Ano XXXIII – Nº 5162 - Rondônia, quarta-feira, 25 de Novembro de 2026 DIRETOR PRESIDENTE José Erisvaldo dos Santos Sousa Rondônia R$ 1,50 - outros estados R$ 3,00

Jornada 5x2: veja como ficam regras de salário, folgas e horas extras

Ministério do Trabalho detalhou as mudanças que começam em dezembro

Página 04

5

Confúcio cobra continuidade de políticas públicas e combate às desigualdades



Foto: Divulgação



Deputados aprovam R$ 3,18 milhões para cultura, esporte e assistência social em Rondônia



A Assembleia Legislativa de Rondônia (Alero) aprovou dois projetos de lei de autoria do Poder Executivo que autorizam a abertura de créditos adicionais suplementares, totalizando R$ 3,18 milhões. Os recursos são destinados à Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer (Sejucel) e à Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social (Seas).

As propostas permitem o remanejamento de dotações já previstas no orçamento estadual de 2026, com o objetivo de atender a despesas de manutenção e funcionamento das duas secretarias.

O Projeto de Lei 1.591/2026 autoriza a abertura de crédito suplementar de até R$ 1,88 milhão para a Sejucel. A medida busca assegurar a continuidade das atividades administrativas e operacionais da secretaria, incluindo ações relacionadas à cultura, ao esporte e ao lazer.

Do valor previsto, R$ 1,28 milhão será destinado ao pagamento de serviços como vigilância, energia elétrica, abastecimento de água e esgoto. Outros R$ 200 mil estão previstos para aquisição de combustível, materiais de expediente e limpeza.

A proposta também contempla recursos para diárias de servidores envolvidos na fiscalização de eventos e em atividades das áreas cultural e esportiva, além de despesas com passagens e obrigações tributárias.

Na justificativa encaminhada à Alero, o Governo do Estado destaca a necessidade de garantir o funcionamento dos serviços e a fiscalização das parcerias firmadas pela secretaria. Os recursos serão provenientes da anulação parcial de dotação da reserva de contingência da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (Sepog).

Crédito para auxílio-alimentação de servidores

Já o Projeto de Lei 1.520/2026 autoriza a abertura de crédito suplementar de até R$ 1,3 milhão em favor da Seas.

O valor será destinado ao pagamento de auxílio-alimentação dos servidores da secretaria, com a finalidade de assegurar a continuidade do benefício durante o exercício financeiro de 2026.

Conforme a justificativa apresentada pelo Executivo, o crédito será viabilizado por meio da anulação parcial de dotação destinada à remuneração de pessoal militar da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania (Sesdec).

Remanejamento orçamentário

Os dois projetos aprovados pelos deputados estaduais tratam de créditos adicionais suplementares por anulação. Essa modalidade permite reforçar determinadas dotações orçamentárias mediante a redução de outras, sem representar, por si só, aumento do orçamento global do Estado.

As sessões da Assembleia Legislativa acontecem às terças-feiras, às 15h e às quartas-feiras, às 9h. A população pode acompanhar presencialmente ou pelos canais da TV Assembleia (7.2) e YouTube. Mais informações sobre os projetos e as votações estão disponíveis no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (Sapl) e no site oficial da Alero.

Texto: Ivanete Damasceno | Jornalista Secom ALE/RO
Foto: Antonio Lucas | Secom ALE/RO

Luizinho Goebel parabeniza Vilhena pelos 49 anos de emancipação



O deputado estadual Luizinho Goebel (PL) parabenizou o município de Vilhena pelos 49 anos de emancipação político-administrativa. Em mensagem alusiva à data, o parlamentar destacou a história da cidade, o trabalho da população e a contribuição do município para o desenvolvimento econômico e social de Rondônia.

Ao celebrar o aniversário, Goebel ressaltou a participação de trabalhadores, famílias e lideranças locais na construção da trajetória do município, que se consolidou como um importante centro regional.

"Ao longo de quase cinco décadas, o município consolidou uma identidade marcada pelo trabalho, pela perseverança e pelo espírito acolhedor de sua gente. Cada conquista reflete o esforço coletivo de quem acredita no potencial da cidade e contribui para o seu crescimento. Celebrar essa data é reconhecer o passado construído com dedicação e renovar o compromisso com um futuro promissor", declarou.

O parlamentar também destacou sua ligação com Vilhena, município onde construiu parte de sua trajetória política, e ressaltou a importância de investimentos e ações voltados à melhoria dos serviços públicos e das condições de vida da população.

Para Goebel, o desenvolvimento do município depende do planejamento, da atuação conjunta entre o poder público e a comunidade e da continuidade das ações que atendam às necessidades dos moradores.

"Vilhena tem um futuro promissor, e trabalhar por esse futuro é renovar, todos os dias, o compromisso com a nossa gente. Esse compromisso se traduz em planejamento responsável, gestão eficiente e decisões que priorizam o bem-estar coletivo", afirmou.

Na mensagem, o deputado também ressaltou a importância de conciliar crescimento econômico, inclusão social e qualidade de vida, além de reconhecer a contribuição dos moradores para a história e o desenvolvimento de Vilhena.

Texto: Edilson Neves | Jornalista Secom/Alero
Foto: Assessoria parlamentar



Pavimentação asfáltica na RO-420 avança e melhora mobilidade e segurança em Campo Novo de Rondônia

Com o objetivo de avançar a infraestrutura viária e qualidade de vida da população, o governo de Rondônia está executando a pavimentação asfáltica em 1,1 quilometro na RO-420, no distrito de Rio Branco, em Campo Novo de Rondônia. A obra, executada pelo Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes (DER-RO) busca proporcionar melhores condições de trafegabilidade, mais segurança aos usuários e facilidade no deslocamento de moradores e produtores da região.

A melhoria da rodovia vai contribuir diretamente para a mobilidade, facilitando o acesso entre comunidades, o transporte de mercadorias e o deslocamento de quem utiliza diariamente a estrada.

O governador de Rondônia, Marcos Rocha, ressaltou que as obras em infraestrutura rodoviária são fundamentais para promover o desenvolvimento dos municípios e garantir melhores condições de vida à população. “Cada serviço realizado nas rodovias de Rondônia representa mais do que melhorias na estrada. Significa oferecer melhores condições de locomoção, fortalecer a economia local e levar mais qualidade de vida para quem vive e trabalha no nosso estado.”

O diretor-geral do DER-RO, Diego Muniz, enfatizou a importância de avançar com os serviços de pavimentação para fortalecer a malha rodoviária estadual e atender às necessidades da região. “Estamos trabalhando para melhorar as condições das rodovias e garantir mais segurança e conforto para quem utiliza essas vias diariamente. A pavimentação da RO-420 é uma melhoria importante para o distrito de Rio Branco.”

O responsável pela Coordenadoria de Usinas de Asfalto (Cousa), Gerveson Pereira, destacou a importância da execução dos serviços e o trabalho das equipes envolvidas na pavimentação. “Cada etapa da pavimentação exige planejamento, acompanhamento e dedicação das equipes. Nosso objetivo é garantir um serviço de qualidade, com as condições necessárias para proporcionar mais durabilidade à rodovia e melhores condições de tráfego.”

Para a moradora Renata Reis, a chegada do asfalto representa uma conquista para quem vive e mora na região. “É muito bom ver essa melhoria acontecendo. O asfalto facilita a nossa vida, melhora o acesso e traz mais tranquilidade para quem precisa passar por aqui todos os dias. É uma conquista importante para os moradores”, comentou.

Texto: Antonia Lima
Fotos: George Henrique e Gustavo Moret
Secom - Governo de Rondônia

EXPEDIENTE

DIRETOR PRESIDENTE
José Erisvaldo dos Santos Sousa
(69) 98504-7977

ADMINISTRATIVO
Said Neves Dourado
(69) 3311-3714

DIAGRAMAÇÃO
Valdinei Rodrigues Carvalho

DEPARTAMENTO COMERCIAL
(69) 3311-3714 - Dulce Salvador

A Gazeta de Rondônia Edição de Jornal EIRELI - Publicações Diárias
CNPJ: 14.515.552/0001-47 - Código ISSN: 2237-9878
Inscrição Estadual: 00000003993213

SEDE
Av. Castelo Branco, 20820 Sala 1 - Bairro Novo Horizonte - Cacoal - Rondônia
(Região Central do Estado) - CEP: 76.962-000 - Fone Geral: (69) 3311-3714

SUCURSAL PORTO VELHO
Rua Açaí, 5262 - Eldorado - CEP: 76.806-104 - Contato: 99234-8650

Mídia Distribuidora de Jornais - ME
BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
E. SIBS. Quadra 02. Conj. B Lote 10

E-mail para matérias informativas:
agazetaderondonia@gmail.com

E-mail para publicações oficiais, editais, licenças ambientais e outros:
editalagazeta@gmail.com

Portal de Notícias
agazetaderondoniadigital.com.br

Filiado a:
AJD-RO Associação dos Jornais Diários Impressos do Estado de Rondônia

Jornada 5x2: veja como ficam regras de salário, folgas e horas extras

O ministério do Trabalho publicou, nesta segunda-feira (23), uma portaria com regras complementares ao decreto assinado na última quinta-feira (19), que regulamentou a jornada de trabalho 5x2, com cinco dias de trabalho e dois de descanso, a partir de 16 de dezembro.

Entenda como fica o cálculo salarial a partir do dia 16, bem como as regras do descanso semanal e o papel dos acordos coletivos de trabalho:

Dias do descanso

Todos os empregados terão direito a dois dias de descanso por semana, cada um com 24 horas consecutivas. Ou seja, o descanso deverá ser tirado durante um dia inteiro, sem fracioná-lo em dias de meio período de trabalho.

Um desses dias deve ser, preferencialmente, aos domingos. Mesmo que não sejam em dias consecutivos, esses dias devem ser tirados dentro da mesma semana.

É possível, mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho, uma distribuição dos dias de descanso diferente ao longo do mês. Nesses casos, deverá ser garantida a média de dois dias de repouso semanal remunerado dentro do mês.

E é obrigatório conceder, ao menos, um dia de descanso a cada período máximo de seis dias consecutivos de trabalho.

Para os empregados que trabalham em escala de 12 horas consecutivas de trabalho por 36 horas ininterruptas de descanso (12x36), quando a média de horas trabalhadas no mês ultrapassar o limite semanal constitucional, deverá ser assegurada a compensação das horas excedentes ou o pagamento de horas extras, nos termos de convenção ou acordo coletivo de trabalho.



Redução gradual

A duração normal do trabalho passará a ser de cinco dias de jornada semanal por dois dias de descanso e haverá redução do atual limite semanal de 44 horas para 42 horas a partir de dezembro e para 40 horas, a partir de dezembro de 2027.

Valor da hora trabalhada

Como o trabalhador receberá o mesmo salário por uma carga horária mensal menor, o valor de referência da hora sobe. Consequentemente, eleva o custo das horas extras e de outros adicionais trabalhistas.

Para calcular o valor da hora de trabalho, será preciso usar um número, que o governo chama de divisor. Atualmente, esse divisor é o número 220, porque são 44 horas semanais de trabalho.

O trabalhador deverá dividir o seu salário mensal por 220. Assim, descobrirá quanto sua hora de trabalho vale. Se o salário mensal é de R$ 5,5 mil, por exemplo, significa que a hora trabalhada, hoje, vale R$ 25.

Com a redução para 42 horas em 16 de dezembro, o divisor passará a ser 210. Assim, o salário de R$ 5,5 mil usado acima como exemplo não se altera. Mas o valor da hora trabalhada passará a ser de R$ 26,19.

A partir de 16 de dezembro de 2027, quando a jornada passar para 40 horas semanais, será utilizado o divisor 200. A partir dessa data, a hora trabalhada de quem recebe um salário de R$ 5,5 mil será de R$ 27,50.

No caso de trabalhadores remunerados por hora, dia, tarefa, peça ou comissão, o cálculo observará as regras específicas previstas na Portaria. Essas regras garantem a manutenção da remuneração mensal.

No caso dos horistas, a remuneração dos dois dias de repouso poderá ser incorporada ao valor da hora efetivamente trabalhada, mediante aumento de 16,667% sobre o salário-hora normal.

Acordos coletivos

A negociação alcançada por meio de convenção ou acordo coletivo pode determinar quando ocorrerão os dias de descanso semanal remunerado ou estabelecer uma regra excepcional para a distribuição desses dias.

Caso a jornada diária exceda o máximo de 8 horas, a convenção ou acordo coletivo poderá determinar como será feita essa compensação ao trabalhador, como já ocorre, e observada a legislação trabalhista. As novas regras não afastam a possibilidade de realização de horas extras nem a adoção de regimes diferenciados de trabalho previstos em lei.

No entanto, acordos coletivos ou cláusulas de convenções que sejam incompatíveis com os novos limites de jornada e repouso semanal, deixarão de ser válidas a partir da data em que as respectivas obrigações se tornarem exigíveis.

Ficarão preservadas as demais disposições dos instrumentos coletivos e as condições mais favoráveis aos trabalhadores.

Serão consideradas incompatíveis, e perderão a validade, cláusulas que estabeleçam duração normal do trabalho semanal superior ao limite constitucional ou assegurem menos de dois dias de repouso semanal, ressalvado o regime compensatório.

Banco de horas

O saldo do banco de horas acumulado até 15 de dezembro de 2026 será compensado ou pago conforme as condições previstas no acordo individual ou no instrumento coletivo, enquanto as horas trabalhadas a partir de 16 de dezembro de 2026 observarão os limites constitucionais de duração do trabalho aplicáveis a cada período.

O Ministério do Trabalho e Emprego ainda publicará portarias com regras complementares sobre a compensação dos repousos semanais por negociação coletiva, os períodos de descanso dos trabalhadores em regime de afastamento contínuo e a aplicação das novas regras de jornada e repouso semanal às profissões regulamentadas por legislação específica.

Fonte: Agência Brasil

Confúcio cobra continuidade de políticas públicas e combate às desigualdades



Em pronunciamento no Plenário nesta segunda-feira (23), o senador Confúcio Moura (MDB-RO) cobrou maior empenho dos governos federal, estaduais e municipais para a continuidade de uma série de políticas públicas e a redução das desigualdades regionais. Ele afirmou que o desenvolvimento do país depende de planejamento, cooperação entre os entes federativos e investimentos permanentes em educação, saúde, infraestrutura e saneamento básico.

— A gente precisa manter uma linha de aproveitamento das coisas boas que o país tem, dos bons exemplos. A responsabilidade dos governadores é muito grande. E não tem estado mais importante que outro. Nós fazemos parte de uma federação de vasos comunicantes, com um ajudando o outro. Se o nível de São Paulo está alto, tem de drenar um pouquinho aqui para elevar o nível do Nordeste, ir equilibrando, fazendo um jogo assim — disse.

O senador chamou a atenção para as dificuldades enfrentadas pelos estados do Norte, que apresentam baixos indicadores de saneamento, pouca industrialização e limitações de arrecadação. Confúcio Moura também defendeu a solidariedade nacional diante de desastres climáticos, como os registrados no Rio Grande do Sul e no Paraná. Ele ressaltou a necessidade de se cumprir a meta de universalização do saneamento básico prevista para 2033.

— Temos de combater desigualdades. Os estados do Norte têm os piores indicadores de saneamento do Brasil. É culpa deles? Não, porque realmente estão lá naquele "cantão". Dois terços do território nacional são pobres, isolados e distantes. Nós temos de implantar, até 2033, a lei geral do saneamento básico.

Fonte: Agência Senado

CCJ facilita dispensa de licitação para associações de pessoas com deficiência



A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) finalizou na quarta-feira (18) a votação em caráter terminativo do projeto de lei que permite a contratação direta, sem licitação, de associações sem fins lucrativos de pessoas com deficiência, mesmo quando os serviços forem prestados por pessoas sem deficiência. Caso não haja recurso para apreciação da proposta pelo Plenário do Senado, o projeto pode seguir diretamente para a Câmara dos Deputados.

O PL 1.498/2023 altera a Lei de Licitações e Contratos na parte que autoriza a dispensa de licitação para contratação de associação de pessoas com deficiência, suprimindo de sua redação a ressalva que obriga que “os serviços contratados sejam prestados exclusivamente por pessoas com deficiência”.

O projeto, do senador Flávio Arns (PSB-PR), recebeu parecer favorável do relator, senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS).

Inclusão

Como justificativa, o senador Flávio Arns relata que muitas associações reúnem e capacitam pessoas sem deficiência para prestar serviços na área de acessibilidade. Assim, o senador pondera que exigir que a contratação por dispensa de licitação seja restrita às associações nas quais trabalham exclusivamente pessoas com deficiência prejudica outras entidades que também promovem a inclusão.

Para Hamilton Mourão, a proposta não afasta o objetivo de fomentar a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mas o amplia, ao reconhecer a relevância de um ecossistema de apoio que envolve, necessariamente, a contribuição de profissionais capacitados, independentemente de sua condição pessoal.

— A supressão do requisito de exclusividade amplia o universo de associações aptas a celebrar contratos com a administração pública por meio de dispensa de licitação, sem comprometer a finalidade da norma, que permanece condicionada à comprovação de idoneidade da entidade, à ausência de fins lucrativos e à compatibilidade do preço com o praticado no mercado — afirmou o relator.

Fonte: Agência Senado

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI - RO
Superintendência Municipal de Licitação - SML
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N. 029/2026
PROCESSO N. 0002877.07.01-2026

A Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – PMCJ/RO através da SML, tonar publico aos interessados, de acordo com a Lei 14.133/21, que realizará licitação de forma ELETRÔNICA, com método de disputa ABERTO, por MENOR PREÇO por LOTE: OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais contratações de empresa para fornecimento de material de consumo (AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES7), visando atender às necessidades da SEMED, pelo período de 12 (doze) meses, conforme Termo de Referência. Valor Total Estimado R$ 326.810,81. Data de Abertura: 10 de Dezembro de 2026, início às 10h00m. (DF). Local para retirada do edital e Endereço Eletrônico: https://www.licitanet.com.br/; Portal Transparência da Prefeitura Municipal e PNCP, qualquer dúvida pode ser feita através do e-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br. Candeias de Jamari – RO, 24 de Novembro de 2026.

RAQUEL FRANÇA GIL DA SILVA
Pregoeira – SML/PMCJ/RO
Portaria n. 664/2026

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE COLORADO DO OESTE
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 64/2026

A Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste/RO torna público a Dispensa Eletrônica Nº 64/2026, Processo Administrativo 2652/2026 – SEMDESFAT, sendo como critério de julgamento menor preço, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO VEICULAR, COM COBERTURA E ASSISTÊNCIA 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA 02 VEÍCULOS CHEVROLET/S10 WTDD4, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência. DATA PARA LANCES: 02/12/2026 das 08h às 14h. ANÁLISE DAS PROPOSTAS: 03/12/2026 – às 09h. LOCAL: LICITANET – Licitações On-line www.licitanet.com.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no Portal de Compras supracitado e no Portal Transparência do Município www.coloradodooeste.ro.gov.br. Maiores informações, através do webmail: cplm@coloradodooeste.ro.gov.br. Telefones: (69) 99362-2803 e (69) 93341-3421.
Colorado do Oeste RO, 24 de novembro de 2026.

Eliene Medeiros Felix da Cruz
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA
AVISO DE LICITAÇÃO -
PREGÃO ELETRÔNICO/SRP – Nº 26/2026
PROCESSO Nº. 402/2026

A Prefeitura Municipal de Primavera de Rondônia, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Regulamentar Nº 2948/GP/2023, através da Pregoeira designada pelo Decreto Municipal nº: 3228/GP/2025 e Equipe de Apoio, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA, do TIPO POR MENOR PREÇO POR ITEM, Com PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA MEI/ME/EPP E AMPLA, COM BENEFICIO REGIONAL PARA OS ITENS QUE COMTEMPLAM O ART.48, INCISO I, DA LEI COMPLEMENTAR 123, DE 2006 /147/2014 E DECRETO MUNICIPAL 1441/2017 E SUAS ALTERAÇÕES. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE – CONFORME TERMO DE REFERENCIA. VALOR TOTAL APROXIMADAMENTE ESTIMADO: 791.347,98 (setecentos e noventa e um mil, trezentos e quarenta e sete reais e noventa e oito centavos). DATA DA ABERTURA: 10/12/2026, às 09h30min (Horário de Brasília/DF). O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) (www. pncp.gov.br/), no Portal da Transparência desta Prefeitura (www.primavera.ro.gov.br), e na Plataforma LICITANET licitações online (www.licitanet.com.br).
Primavera de Rondônia, 24 de novembro de 2026.

Renata de A. Gonchorowiski
Pregoeira



Sem votação, duas medidas provisórias de crédito extraordinário perdem eficácia

Duas medidas provisórias de crédito extraordinário perderam a eficácia por não terem sido votadas a tempo pelo Congresso Nacional. As medidas provisórias são editadas pela Presidência da República e entram em vigor assim que são publicadas no Diário Oficial da União. Para continuar valendo, precisam ser aprovadas pelo Congresso em até 120 dias.

No caso das MPs que abrem crédito extraordinário, o fim da vigência impede o governo de usar os recursos que ainda não foram gastos. Os valores já usados enquanto a medida estava em vigor não precisam ser devolvidos. O Congresso pode, ainda, promulgar um decreto legislativo para disciplinar as relações jurídicas decorrentes da MP.

A MP 1.377/2026 perdeu eficácia em 12 de novembro. A medida liberou R$ 13,2 bilhões para financiar diversas ações — entre elas, o financiamento de novas tecnologias no campo, subvenções a produtores de cana-de-açúcar no Nordeste e crédito para beneficiários do programa Desenrola Adimplentes. Também foram beneficiados com o crédito extra estudantes inadimplentes com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Por sua vez, a MP 1.378/2026 teve sua vigência encerrada em 17 de novembro. Ela liberou crédito extraordinário de R$ 547 milhões em favor do Ministério da Previdência Social para o ressarcimento de aposentados e pensionistas que sofreram descontos indevidos de entidades associativas.

As fraudes em benefícios de aposentados e pensionistas foram um dos principais temas da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS, entre agosto do ano passado e março deste ano.

Fonte: Agência Senado

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE VILHENA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2026/MISTO

A Prefeitura de Vilhena, por meio da CL (Decreto nº 66.804/2026), Processo nº 98103/2026/SEMUS, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE. Objeto: Formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Carimbos, Crachás e Serviços de Fotocópias (xerox, impressão, encadernação e plastificação) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos. R$ 209.314,29 (Duzentos e nove mil e trezentos e quatorze reais e vinte e nove centavos). Início da sessão: 14/12/2026 às 09h30min (horário de Brasília). O edital e todos os elementos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura de Vilhena e Licitanet.
Vilhena-RO,24/11/2026.

Lucilene Castro de Sousa – PREGOEIRO

A Gazeta de Rondônia
32 Anos
LIGUE
3311-3714
Divulgação de Editais, Pedidos de Licença Ambiental e outras Publicações Legais



Brasil tem 31 organizações criminosas relevantes, aponta Abin

A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) identificou 31 organizações criminosas relevantes e 75 células estaduais em um levantamento sobre os cenários do crime organizado no Brasil. O material foi apresentado na segunda-feira (23) aos órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin).

O estudo, chamado de Cenários do Crime Organizado no Brasil, aponta:

Consolidação de três grupos com atuação nacional;

Expansão do Comando Vermelho (CV) no Norte e Nordeste; e

Crescimento do Terceiro Comando Puro (TCP) como terceira via entre os principais grupos criminosos do país.

Segundo a Abin, o levantamento utilizou uma metodologia desenvolvida em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) para identificar as organizações consideradas "mais relevantes" para a dinâmica criminal do país.

Foram analisados fatores como influência territorial, capacidade econômica e operacional dos grupos – excluindo organizações de atuação mais restrita.

O estudo identificou atuação "relevante" do Primeiro Comando da Capital (PCC) em 22 unidades da Federação; do CV em 19; e do TCP em quatro estados.

Ao todo, foram mapeadas 75 células estaduais, também pelo critério da relevância. Algumas dessas estruturas estavam ligadas a organizações com atuação nacional e interestadual.

PCC e CV

De acordo com o levantamento, o PCC tem integrantes em 28 países e mantém presença relevante em praticamente todo o território nacional. A organização foi descrita pela agência como a facção de maior sofisticação operacional, financeira e logística entre os grupos analisados.

Segundo a Abin, o PCC continua sendo um ator central na dinâmica do crime organizado brasileiro, embora tenha concentrado cada vez mais esforços no tráfico internacional de drogas e na atuação em áreas estratégicas para o escoamento de entorpecentes.

Com relação ao Comando Vermelho, o estudo constatou que o CV ampliou sua presença principalmente nos estados do Norte e Nordeste.

Para a Abin, a expansão dessa facção está associada ao aumento dos índices de homicídio registrados nessas regiões na última década. O grupo foi classificado como principal indutor de violência e extorsão entre as organizações avaliadas.

TCP e grupos locais

Já o TCP aparece como uma organização em expansão nacional. Segundo a Abin, o crescimento do grupo ocorre por meio de alianças estabelecidas entre lideranças criminosas do Rio de Janeiro e grupos de outros estados.

O estudo indica que a facção passou a funcionar como alternativa para organizações locais que buscam evitar a polarização entre PCC e CV.

A pesquisa identificou também a permanência de "grupos locais relevantes". Em oito estados, essas organizações aparecem como grupos predominantes. O CV lidera em sete estados e o PCC em seis.

Práticas milicianas

Outro resultado obtido pelo estudo foi a ampliação da exploração econômica dos territórios controlados por organizações criminosas, fenômeno descrito pela agência como replicação de práticas tradicionalmente associadas às milícias.

Segundo a Abin, parte dos grupos observados passou a diversificar receitas por meio da exploração de serviços, extorsão de comerciantes e moradores, cobrança de taxas e controle de atividades econômicas locais.

Polarização

O levantamento classificou ainda os estados de acordo com o grau de polarização criminal. Foram identificadas duas unidades da Federação classificadas como unipolares, oito bipolares, nove tripolares e sete multipolares.

Essas categorias foram observadas com o intuito de medir o nível de concentração ou disputa entre grupos criminosos nos estados.

Os responsáveis pelo estudo ressaltam, entretanto, que a presença de mais organizações criminosas em um território não resulta necessariamente em mais violência ou conflitos. Segundo eles, a dinâmica criminal varia conforme as características dos grupos e as relações estabelecidas entre eles.

Para a Abin, os resultados mostram que a dinâmica das organizações criminosas varia significativamente entre os estados, bem como suas estruturas, estratégias e formas de atuação. Nesse sentido, avalia ser necessário, ao poder público, compreender as particularidades de cada organização criminosa para enfrentá-la de forma mais eficiente.

Fonte: Agência Brasil

Estudantes de Rondônia retornam dos Estados Unidos após quatro meses de intercâmbio



Trinta estudantes da rede estadual de ensino retornaram para o estado, no domingo (22), após participarem do Programa de Intercâmbio Internacional Rondônia, com atividades acadêmicas no New Mexico Military Institute (NMMI), instituição pública de ensino militar em Roswell, nos Estados Unidos da América (EUA). A chegada foi marcada por uma recepção no aeroporto, organizada pelos familiares dos estudantes, com a participação da Banda da Polícia Militar do Estado de Rondônia (PMRO).

Os participantes são estudantes dos Colégios Tiradentes da Polícia Militar (CTPM) e Colégios Militares do Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia. Durante quatro meses eles cursaram o segundo semestre letivo de 2026 na instituição norte-americana, em uma experiência de imersão acadêmica, linguística e cultural.

Para o governador de Rondônia, Marcos Rocha, a iniciativa amplia as oportunidades educacionais dos estudantes. “O intercâmbio representa uma oportunidade de ampliar horizontes e proporcionar aos estudantes uma formação que vai além da sala de aula. Estamos investindo na educação e criando condições para que os jovens de Rondônia tenham acesso a experiências internacionais, desenvolvam novas habilidades e retornem preparados para compartilhar esse conhecimento com outros estudantes da rede”, salientou.

O titular da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), Alisson Maia, ressaltou os resultados da experiência na formação dos participantes. “Os quatro meses de intercâmbio proporcionaram aos estudantes uma experiência de aprendizado acadêmico, linguístico e cultural. Além de aprimorarem o inglês, eles tiveram contato com outra realidade educacional e desenvolveram novas perspectivas para a vida acadêmica e profissional. O retorno desses jovens também representa a oportunidade de multiplicar os conhecimentos adquiridos junto à rede estadual de ensino.”

PREPARAÇÃO LINGUÍSTICA

A seleção dos participantes foi realizada por meio de processo que considerou desempenho acadêmico, proficiência em língua inglesa, avaliação comportamental e entrevista. Os estudantes selecionados apresentavam nível de inglês entre intermediário e avançado, requisito para acompanhar as atividades desenvolvidas no instituto. Antes da viagem, também passaram por preparação linguística, acadêmica e intercultural.

A mudança percebida pelos estudantes foi destacada por Ademira Dias, mãe da intercambista Giovana Dias. “Eles saíram daqui adolescentes, ainda crianças em muitos aspectos e, estão voltando jovens, com mais maturidade, postura e vontade de crescer. São quatro meses que fizeram diferença na vida deles. Agora, voltam com um novo currículo, novas experiências e mais fluência no inglês. Acompanhei de perto o desafio que foi aprender e se comunicar em outra língua e é muito gratificante perceber essa evolução. É um projeto inovador e que faz a diferença não só na vida dos estudantes, mas também na de suas famílias”, destacou.

O intercambista Leonardo Gomes evidenciou os avanços alcançados durante o período nos Estados Unidos, especialmente no desenvolvimento acadêmico, pessoal e na aprendizagem da língua inglesa. “Essa experiência foi muito importante para minha vida. Durante os quatro meses, consegui desenvolver meu conhecimento acadêmico, pessoal e também aprimorar o inglês. Tive a oportunidade de conhecer outras culturas, principalmente durante a feira intercultural, que fez parte das atividades do intercâmbio. Foi uma experiência que contribuiu muito para o meu crescimento. Quero incentivar outros estudantes a participarem das próximas edições, porque é uma oportunidade que faz diferença na nossa formação e amplia nossa visão de mundo.”

COMPARTILHAMENTO DE EXPERIÊNCIAS

Após o retorno ao Brasil, os intercambistas desenvolverão ações de compartilhamento das experiências e dos conhecimentos adquiridos junto à rede estadual de ensino. O programa contemplou o custeio das passagens aéreas, taxas acadêmicas, hospedagem, alimentação, seguro-saúde internacional e demais despesas relacionadas à permanência dos estudantes nos Estados Unidos.

Texto: Ananda Carvalho
Fotos: Sarah Garcia
Secom - Governo de Rondônia

